
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 006, DE 04 DE FEVEREIRO DE
2026.

PRORROGA ATÉ 30 DE ABRIL DE 2026, O
PRAZO PARA FORMALIZAÇÃO DO
PEDIDO DE INGRESSO NO PROGRAMA
DE REGULARIZAÇÃO FISCAL 2025
(REFIS 2025), INSTITUÍDO PELA LEI
COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 019, DE
04 DE SETEMBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 1º, § 2º, e no art. 7º, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 019, de 04 de setembro de 2025,

CONSIDERANDO que o art. 1º, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 019/2025 autoriza o Poder Executivo a prorrogar, mediante decreto, e até o final do exercício de 2026, o prazo para formalização do pedido de ingresso no REFIS 2025;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 4º, da mesma Lei Complementar faculta a prorrogação do prazo previsto no § 3º de seu art. 7º;

CONSIDERANDO o interesse público na ampliação das condições de regularização de créditos tributários e não tributários do Município, com vistas à recuperação da arrecadação, ao incremento da adimplência e à estabilização fiscal;

CONSIDERANDO a grande quantidade de contribuintes que até a presente data não adimpliram suas pendências tributárias relativas ao IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, inscritos em Dívida Ativa;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, até 30 de abril de 2026, o prazo para formalização do pedido de ingresso no Programa de Regularização Fiscal 2025 (REFIS 2025), instituído pela Lei Complementar Municipal nº 019, de 04 de setembro de 2025.

§ 1º. A prorrogação de que trata o caput aplica-se às hipóteses previstas no art. 1º, § 1º, e no art. 7º, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 019/2025, consolidando, para todos os fins, o prazo de adesão até 30 de abril de 2026.

§ 2º. A prorrogação não altera a data-limite de ocorrência dos fatos geradores, que permanece fixada em 31 de dezembro de 2024, nem quaisquer demais condições e exclusões previstas na Lei Complementar Municipal nº 019/2025.

Art. 2º. Permanecem inalteradas todas as condições de adesão, benefícios, descontos, valores mínimos de parcela, contrapartidas, hipóteses de exclusão e demais regras estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 019/2025 e em seus atos regulamentares.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Finanças e a Procuradoria Geral do Município adotarão as medidas necessárias à execução deste Decreto, inclusive a atualização de sistemas, a emissão de guias e a ampla divulgação da prorrogação, podendo expedir atos complementares no âmbito de suas competências.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

**GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL DA ÁGUA PRETA, ANTONIO
MANOEL DA SILVA**, aos 04 (quatro) dias do mês de
fevereiro de 2026.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:

Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:3381FAC0

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios
do Estado de Pernambuco no dia 05/02/2026. Edição
4028

A verificação de autenticidade da matéria pode ser
feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>